

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES:  
RESSIGNIFICAÇÃO CURRICULAR NUMA PERSPECTIVA  
DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E HUMANIZADA**

**PALMAS - 2015**



**MARCELO DE CARVALHO MIRANDA**  
Governador do Estado

**CLAUDIA TELLES DE MENEZES PIRES MARTINS LELIS**  
Vice Governadora do Estado

**ADÃO FRANCISCO DE OLIVEIRA**  
Secretário de Estado da Educação e Cultura

**MORGANA NUNES TAVARES GOMES**  
Subsecretária da Educação Básica

**MAURÍCIO REIS DE SOUSA DO NASCIMENTO**  
Superintendência de Tecnologia e Inovação

**DIVINO MARIOSAN RODRIGUES DE SIQUEIRA**  
Superintendente de Desenvolvimento da Educação

**NORANEY DE FÁTIMA FERNANDES DE CASTRO**  
Diretora de Ensino





## JUSTIFICATIVA DA SUGESTÃO DE FORMAÇÃO AOS PROFESSORES

O currículo escolar não pode ser circunscrito a um documento burocrático/técnico, mas deve ser assumido como parte constituinte e essencial na construção da identidade da escola. Neste contexto, ele jamais poderá ser julgado como algo “imparcial”, “isento”, ou “neutro”, uma vez que é resultado – mesmo que não intencionalmente - da postura política, social, econômica e cultural das pessoas que fazem parte da instituição. Assim, é indispensável que a comunidade escolar e local repense, estude, reflita e debata sobre que tipo de currículo está permeando sua práxis pedagógica. A Secretaria da Educação, sensível a necessidade da escola de promover uma educação significativa e, para tanto, sabe que é preciso uma reformulação constante da prática educativa, oferece como sugestão esta oportunidade de preparação conceitual, que subsidiará futuros debates na busca da construção de um currículo que possibilite a formação integral dos educandos.

### INTRODUÇÃO

O redimensionamento social, político e econômico que vem num contínuo desde meados do século passado, aliado a revolução tecnológica acentuada das últimas décadas, exigem do poder público uma nova postura em relação às políticas educacionais, que atenda aos anseios desta sociedade em constante transformação. A Constituição Federal de 1988 consubstancia e dá forma ao desejo da nação de assegurar às crianças e jovens a universalização, com qualidade, da Educação Básica. Em luta constante, a sociedade brasileira tem vivenciado nos últimos anos modificações significativas em favor de uma educação mais eficiente e eficaz, tais como: a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's/1997-2002), a atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), o Plano Nacional de Educação (PNE), e o Plano Estadual de Educação (PEE).

Como resultado dos movimentos sociais, além destas ações outros procedimentos têm orientado as políticas públicas para a educação no Brasil, dentre eles é importante citar a Emenda Constitucional nº 59/2009, que modifica artigos da Carta Magna, aumentando as responsabilidades do Estado em relação ao atendimento e repasses de recursos para a Educação Básica. Também com o objetivo de aperfeiçoar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em vigência, várias leis foram aprovadas, modificando-lhe artigos e incisos que asseguraram mais eficiência aos serviços e, por consequência, mais benefícios à coletividade.



O Sistema Estatal, pressionado por organismos internacionais e pelas demandas sociais que cobram um capital intelectual cada vez mais especializado, vem monitorando o desempenho dos estudantes através das avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que é composto por três medições externas de larga escala: a) Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb); b) Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – (Anresc, também denominada "Prova Brasil") e; c) Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA. Para avaliar o desempenho do estudante ao fim da educação básica foi instituído em 1998 o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que a partir de 2009 passou a ser utilizado também como mecanismo de seleção para o ensino superior. A apropriação dos resultados destas avaliações passou a exigir do poder público mais medidas no sentido de melhorar a qualidade da escola pública e, nesta perspectiva, duas providências devem ser mencionadas: o Pacto Nacional pela alfabetização na Idade Certa (PNAIC) que propõe ações no sentido de alfabetizar crianças, até no máximo, os oito anos de idade e o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio que tem por finalidade garantir a qualidade do Ensino Médio ofertado no País. O Estado, se associando a política nacional, também procura medir e analisar o nível de competência de seus estudantes, através do Sistema Avaliação do Tocantins (SALTO), para, ciente das potencialidades e dificuldades dos educandos, traçar a linha de trabalho pedagógico a ser adotada.

Observa-se, todavia, que a qualidade da educação não se efetiva tão somente por meio de leis, resoluções, programas governamentais, avaliações externas, ou edições de conteúdos mínimos, mas é resultado do compromisso e responsabilidade de toda uma sociedade. Ações unilaterais não produzem jamais os resultados esperados e é possível perceber em relação ao currículo uma dificuldade dos profissionais da educação em percebê-lo como algo além dos conhecimentos a serem trabalhados na Educação Básica. Dissociado do trabalho pedagógico das escolas, ele é, no mais das vezes, "letra morta", impossibilitado de caracterizar a intencionalidade da instituição.

Uma vez que o currículo é um importante instrumento de estruturação teórico-metodológica da práxis escolar, a Secretaria da Educação do Estado do Tocantins quer viabilizar esta formação para instrumentalizar os profissionais das instituições de ensino para a realização de atividades que possibilitarão a ressignificação curricular, tornando o currículo um dos elementos centrais que identificará o propósito pedagógico/social das UEs.

Em futuro próximo a Seduc, com a participação da comunidade escolar e local, pretende oportunizar a reorganização não apenas dos conteúdos mínimos, pontuando habilidades e competências a serem alcançadas pelo educando da Educação Básica, mas também abrindo espaço para a construção de um currículo diversificado que atenda as especificidades locais onde a escola está inserida. Na sequência do trabalho, auxiliar na (re)elaboração, do Projeto Político Pedagógico,





promovendo uma reflexão sobre as práticas, saberes e função social da escola, para delinear uma proposta de trabalho que atenda as expectativas da coletividade.

## RESSIGNIFICANDO O CURRÍCULO

(...) *Currículo refere-se, portanto, a criação, recriação, contestação e transgressão* (Moreira e Silva, 1994).

O currículo é o elemento crucial para a construção de identidades sociais e culturais no âmbito escolar, resultado da dialocidade e do intercâmbio cultural entre seus atores, com a troca de conhecimentos e experiências. Portanto, se constrói a partir de ideias, saberes, concepções e formas de perceber e idealizar o mundo. Diante disto, é visão resumista circunscrevê-lo apenas a uma proposta de conteúdos ligados a habilidades e competências que o educando deve adquirir durante o processo de ensino e aprendizagem em sala de aula. O reducionismo conceitual do currículo a uma relação de atividades com conteúdos delimitados e separados por matérias/disciplinas, sem significado real, divorcia a escola de sua verdadeira função social, que é formar cidadãos críticos e aptos a atuarem com eficiência em seu meio.

Mesmo que estudiosos das políticas educacionais, nas últimas décadas, tenham influenciado educadores e a própria sociedade, levando o poder público a promover ações que incentivaram as escolas discutirem sua intencionalidade por meio da definição de um currículo, de acordo com Moreira (2001 p.47), “o campo do currículo caminhou, nos anos noventa, para uma situação de crise: dispersão, sofisticação teórica, mas ainda reduzida visibilidade nas escolas”. Ainda hoje, mesmo com toda a abertura dada as instituições de ensino, observa-se que poucas realmente se apropriam de seu currículo, levando-o a ser mola mestra nas transformações que precisa promover para ser o espaço de especialização e formação integral e humanizada.

Por defender que o currículo é um somatório de ações que levam a produção, a movimentação e o consumo de significados no espaço social, é que a Secretaria de Educação apresenta esta proposta de trabalho, que se dispõe oferecer uma capacitação para futuramente implementar um currículo de educação para formação integral humanizada. Educação integral que aqui é entendida como processo que deve atender todas as dimensões do desenvolvimento humano, sendo resultado de ato contínuo, que se prolonga durante toda a existência do indivíduo, por esta forma, deve ser percebida pela comunidade escolar não como um tipo de educação, mas como sua própria essência.

A educação integral e humanizada para que tenha intencionalidade e concretude, precisa assentar-se em concepções político-sociais, portanto, é primordial, na proposição da ressignificação do currículo, que se direcione qual o tipo de sociedade queremos e, para tanto, que tipo de cidadãos queremos formar. A Secretaria da Educação, por entender que o currículo tem o poder de promover a





emancipação pelo conhecimento defende os pressupostos da Teoria Crítica, que assevera que o ser humano se constrói ideologicamente, a partir dos embates culturais, sociais, e políticos.

Além dos pressupostos da Teoria Crítica na configuração do currículo escolar, a Secretaria da Educação tem também como premissa seus eixos norteadores, quais sejam: A Educação Integral e Humanizada; a Formação de Professores; as Escolas de Referências, especialmente do Campo; o Fortalecimento da Gestão Democrática; a Ascensão profissional por critérios técnicos e o Currículo integrado, que vão circundar todas as propostas de trabalho das instituições de ensino desta pasta.

A concretização deste currículo com intencionalidade ideológico-cultural, social e política, se dará inicialmente com o estudo e adequação do Referencial Curricular do Ensino Fundamental e da Proposta Curricular do Ensino Médio e posteriormente mediante a (re)construção do projeto Político Pedagógico, num processo de elaboração coletiva, quando serão definidos objetivos, estratégias, metas e ações, que darão a formatação identitária de cada unidade escolar. Assim, o Projeto Político Pedagógico será o instrumento teórico-metodológico que ajudará a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica, científica, e, o que é essencial, acontecendo dentro de um processo de construção coletiva, fundada no princípio da gestão democrática, reunindo diferentes vozes e dando margem para a construção da hegemonia da vontade comum, sendo uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da escola.

A singularidade curricular, a elaboração participativa do PPP, observado os preceitos legais, juntamente com os eixos norteadores da Secretaria da Educação, darão legitimidade a proposta das escolas estaduais tocantinentes, afastando a possibilidade das proposições de trabalho serem uma reprodução de decisões superiores, que atendam a outros interesses que não os das comunidades onde a instituições estão inseridas.

## **OBJETIVOS:**

### **Objetivo Geral**

A proposta de formação de professores com o tema: Ressignificação Curricular numa Perspectiva de Educação Integral e Humanizada tem como objetivo promover ações que potencializem o debate e a discussão de temáticas que ampliem o questionamento sobre os sentidos e formas que têm assumido o currículo escolar da Educação Básica.





### **Objetivos Específicos**

- Promover um espaço/tempo para a reflexão, entre todos os sujeitos envolvidos no processo educativo, das possibilidades que existem para a ressignificação do currículo escolar;
- Identificar os processos curriculares mais enriquecedores para a formação global das crianças e jovens, e que lhes possibilitem ampliar as expectativas do aperfeiçoamento educacional, pessoal e, principalmente, de sua capacitação profissional, tão necessária à sociedade contemporânea.
- Desenvolver junto ao profissional da educação um trabalho sistemático e continuado, com ações capazes de alinhar idéias e estratégias que colaborem para a ressignificação do currículo escolar da Educação Básica;
- Despertar o interesse da comunidade escolar e local para a discussão de temas significativos para a formação educacional integral e humanizada;
- Estabelecer propostas curriculares com significados que permitam aos estudantes se reconhecerem como membro de uma comunidade com valores e práticas sociais, convivendo com a diversidade cultural, mas tendo respeitada a sua identidade;
- Reconhecer o aluno como sujeito autônomo, protagonista de sua própria formação, respeitados seus direitos e deveres;
- Reconhecer o currículo escolar não como uma teoria, mas como uma prática que leva em conta a experiência trazida pelo próprio aluno e pelo professor, considerando as características da comunidade onde a escola está inserida;
- Transformar a ideia de currículo como prescrição de conteúdos ditados pelos sumários ou índices dos livros didáticos, reconhecendo-o como todas as atividades programadas e desenvolvidas, com vistas à aprendizagem de conteúdos escolares significativos para a formação integral e humanizada do aluno, e que devem estar muito bem planejados na elaboração do projeto político-pedagógico.

### **METODOLOGIA**

Apresentação dos slides e proposição de debates.

### **REFERÊNCIAS**

BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p.





BRASÍLIA. Secretaria da Educação do Distrito Federal. Currículo em Movimento/ Educação Básica. Versão para Validação. 2013. 88p.

MOREIRA, A. F. B. Propostas curriculares alternativas: limites e avanços. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 21, n. 73, 2000.

SECRETARIA DE ESTADO DE MINAS GERAIS. Projeto Piloto Reinventando o Ensino Médio. 2013. 50p.

Caderno I do Pacto do Ensino Médio – I Etapa

Caderno I do Pacto do ensino Médio – II Etapa

